

A contribuição da Pesquisa para o desenvolvimento de políticas sociais pelo poder local

Jane Cruz Prates*
Flávio Cruz Prates**

Síntese introdutória

Iniciaremos nossa exposição abordando a questão do método, pois entendemos que, considerado no sentido mais amplo – como norte epistemológico, conjunto de valores e procedimentos – mais do que simplesmente etapas a seguir, sem dúvida, se constitui no fio condutor de investigações e ações realizadas.

No intuito de facilitar a compreensão sobre nosso olhar, que inclui as áreas do Serviço Social e do Direito, a docência, a pesquisa e a experiência junto ao poder público municipal, e que analisa essas relações a partir da perspectiva dialético-crítica, buscaremos inicialmente sistematizar, sob a forma de síntese, os principais avanços conquistados a partir da implementação da nova Constituição Brasileira de 1988, quando garantimos no texto legal o status de política pública para a Política de Assistência Social e processos de descentralização que têm, como *modus operandi*, as práticas conselhistas, nesta e nas políticas de educação e saúde.

Posteriormente, abordaremos o processo de Orçamento Participativo realizado no município de Porto Alegre há 16 anos, experiência de co-gestão, a partir da qual governo e sociedade civil, através do processo participativo, decidem as prioridades de investimentos e serviços, aprimorando diagnósticos e proposições e, principalmente, capacitando-se conjuntamente.

Durante toda a exposição, tentaremos avaliar os processos vivenciados, buscando desvendar as possibilidades e limites das contribuições aportadas pelas investigações e estudos

* Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, Professora da FSS/PUCRS, dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social, membro do Comitê Científico do Curso de Pós-Graduação da FSS/PUCRS, pesquisadora do Laboratório Internacional de Estudos Sociais – Labinter (PUCRS/FIUC), autora de artigos e livros sobre pesquisa. E-mail: jprates@via-rs.net.

** Bacharel em Direito, Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS, Doutorando em História pela PUCRS, Professor da Faculdade de Direito da PUCRS, autor de livro sobre medidas socioeducativas. E-mail: fla@via-rs.net.

realizados pelos parceiros, no nosso caso, Prefeitura (PMPA)¹ e Universidade (FSS-PUCRS),² contemplando especialmente possíveis contradições entre os interesses políticos do poder público local, a perspectiva de garantia de direitos e o caráter científico das investigações.

Nossas reflexões são realizadas a partir de experiências vivenciadas articulando o trabalho direto realizado na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o trabalho com docentes e pesquisadores na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS – Brasil).

1 A questão do método e a investigação social

Orientados por uma leitura dialético-crítica da realidade, entendemos que não há como separar fato de valor e prescindir de uma orientação ético-política que norteia, e, de certo modo, também limita o olhar do profissional e do pesquisador, logo reconhecemos o caráter político de toda a investigação social, como de resto de toda a ação profissional e entendemos que a melhor forma de trabalharmos com esse conteúdo que condiciona a produção de conhecimentos é explicitá-lo ao invés de negá-lo.

Mas de que orientação ético-política falamos? De um modo de ler e intervir na realidade que parte do pressuposto de que os usuários de nossos serviços (população que utiliza políticas públicas, alunos, trabalhadores) são sujeitos de direito, que devem acessar a estes serviços, não por favor ou benesse e sim por direito constitucional previsto no artigo 37, §3º da Carta Magna, que disciplina as formas de participação do usuário na administração pública direta ou indireta. Portanto, estes usuários devem ser recebidos, orientados, atendidos de forma competente, responsável e respeitosa, por que é dever daqueles que executam as políticas públicas, as práticas de ensino, enfim os processos de trabalho, especialmente se orientados por esta perspectiva.

Ver o outro como sujeito e não como objeto significa reconhecer que todos acumulamos algum tipo de conhecimento e saber e que as análises, construções, buscas de explicações e alternativas de enfrentamento devem ser construídas de modo transdisciplinar e coletivo, para que sejam legítimas. Essa postura exige do profissional um despojar-se da pseudo-estabilidade que nos aporta o “poder técnico”, como pressupõe também a sua superação por uma postura de

¹ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, RS, Brasil.

² Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Brasil.

partilha, onde somos todos aprendizes de algo, e onde colocamos nosso saber a serviço da população, ou como bem dizia Paulo Freire, grande educador brasileiro, uma postura, antes de tudo humilde, “de quem aprende junto a pronúncia do mundo” (Freire, 1981).

Falamos sobre a concepção de homem sujeito, fundamental ao paradigma dialético-crítico, preocupado essencialmente com a libertação humana de toda a forma de alienação e coisificação, como condição para o efetivo desenvolvimento humano, que passa necessariamente por processos de consciência, compromisso e escolhas coletivas e solidárias, logo profundamente humanista. Este na verdade é o núcleo duro do projeto ético-político do qual falamos.

O respeito a este sujeito de direitos significa também a defesa intransigente de uma política pública de qualidade, contra toda a forma de exclusão, discriminação, exploração de povos, de grupos, de pessoas, por etnia, credo, classe social, gênero ou idade. Nesta perspectiva trabalharam os constituintes brasileiros e, quando publicada a Constituição, em 5 de outubro de 1998, percebeu-se, já por seu preâmbulo, tal preocupação, visto que o mesmo trata com primazia de democracia, da garantia de direitos sociais e individuais, de liberdade, da igualdade e justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Foi mais além a Constituição, enfatizando especificamente, em seu Artigo 3º, Inciso IV que: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Respeitar o sujeito como tal significa o compromisso de contribuir com o seu desenvolvimento integral e histórico enquanto unidade singular e coletiva, a partir do estímulo a processos sociais que privilegiam a sua organização, capacitação, conscientização, enfim, elementos que constituem o processo pedagógico de participação (Souza, 1986), necessário a qualquer gestão autônoma, seja da vida singular, de grupos e organizações, seja de sociedades e Estados.

A perspectiva do materialismo histórico e dialético, inspirada na obra marxiana, privilegia o desenvolvimento de processos sociais, como elementos fundamentais à transformação societária. No conjunto de sua obra, Marx ressalta a necessidade de desenvolvermos os sentidos, de nos organizarmos, de cooperarmos, de desenvolvermos consciência, união e solidariedade de classe.

Esta perspectiva, que norteia nossas investigações e ações, tem obtido sucesso, a nosso ver, exatamente pela clareza quanto à opção metodológica, cuja direção social é definida, o que está intimamente vinculado aos valores relacionados através das posturas, concepções e práticas sociais que desenvolvemos.

Além da visão de homem, é fundamental para qualificar um projeto ético-político a visão de sociedade e de ciência. Quanto à primeira, em contraponto a uma leitura de sociedade harmônica onde a diversidade, entendida como desvio, precisa ser adaptada, reconhecemos a sociedade como contraditória, de classes antagônicas, que têm interesses diversos, considerando que o modo de produção capitalista se sustenta pelo binômio exploração x acumulação. Quanto à ciência, reconhecemos a importância fundamental dos dados quantitativos, mas também a sua insuficiência.

Assim, como é de suma importância para o planejamento dimensionar, por exemplo, o número de pessoas que vivem nas ruas de uma grande cidade, ou de mulheres que sofrem violência doméstica, ou de crianças expostas ao trabalho infantil, no intuito de prever a necessidade de recursos a serem aportados para a implementação de políticas de enfrentamento, é essencial ouvir suas histórias, os sentidos que atribuem a seu viver, o significado do abandono, da violência, suas sugestões, sonhos, anseios, ou seja, conhecer não só suas *condições* materiais de vida, mas também seu *modo* de vida (Prates, 2003).

Logo, a ciência social, entendida a partir desta perspectiva, articula o dado quantitativo ao qualitativo, reconhecendo-os como complementares. É uma ciência que tem compromisso com a efetiva apreensão do real, em suas múltiplas determinações – econômicas, sociais, culturais, políticas –, que tem compromisso com a transformação, portanto que não é neutra. E neste sentido é importante refletirmos sobre o conceito de objetivação, como critério de cientificidade.

Para além da objetividade, que implica um processo irreal de neutralidade, a objetivação traz o dado e esclarece o que é inferência, busca não ideologizar esse processo, mas reconhece a interferência do pesquisador e do pesquisado enquanto sujeitos que aportam valores, tendências, imprecisões, modos de perceber, etc. Mesmo que tenham o compromisso de buscar a apreensão da realidade, seu olhar – histórico – é limitado pela capacidade que lhe permite o contexto no qual está inserido, os conhecimentos acumulados, sua capacidade de percepção, entre tantos outros aspectos que interferem nos processos de análise e interpretação que realizamos sobre o real.

Logo, falamos de uma ciência que, embora reconheça os condicionamentos econômicos e contextuais, não os reconhece como elementos fatídicos; portanto, não se coloca como caudatária do primeiro aspecto (econômico), e entende que deve protagonizar o segundo (história). Enfim, falamos de uma ciência que deve servir aos interesses humanos, que busca a superação de uma racionalidade técnica por uma racionalidade ética (Buarque, 1994).

Mas é pertinente destacar que este conjunto de valores, em que pese termos a clareza que não consubstanciam muitas propostas políticas de governo, ou pelo menos não com a radicalidade necessária (no sentido de ir à raiz), são difíceis de serem rebatidas publicamente. Colocar-se explicitamente contrário ao respeito pelos sujeitos, à democracia, à qualidade das políticas públicas, ao resgate dos direitos sociais, para qualquer governante, é no mínimo constrangedor para não dizer impopular.

Portanto, embora a ampliação de canais de participação popular e a gestão conjunta entre governo e sociedade possa não ser central a governos identificados com propostas neoliberais, as conquistas consolidadas pela população, nesse sentido, constituem-se em espaços contra-hegemônicos, através dos quais, o movimento social pode exercer poder de pressão para garantir e ampliar direitos, como expressão da questão social que, vista sob a perspectiva da contradição contrapõe às desigualdades, estratégias de resistência.

Contudo, é preciso reconhecer que a implementação das políticas públicas, como competência do poder executivo, poderá ser agilizada, priorizada ou conduzida, de modo mais ou menos ágil, de acordo com a orientação política do governo que responde pela gestão de cada ente federado (Município, Estado ou União). É pertinente, no entanto, considerar que no caso do Brasil, os avanços constitucionais e a prática conselhistas impõem a qualquer governo processos de fiscalização por parte da sociedade civil e democratizam informações e decisões. Mas, é também importante demarcar que estas são conquistas recentes do povo brasileiro, pois passaram a consolidar-se há pouco mais de 15 anos, após muitos anos de ditadura e práticas de favorecimentos e dependência, o que dificulta a consolidação de processos orientados pela perspectiva do direito, à medida que implicam uma mudança cultural e progressivos processos de conscientização. Sobre esta realidade, aportaremos maiores esclarecimentos na seqüência do presente artigo.

2 Os avanços conquistados pela população brasileira a partir da Constituição de 1988, na área das políticas sociais

A partir da Constituição de 1988, resultado de ampla luta do povo brasileiro, no bojo do processo de democratização, logra-se a garantia do tripé da seguridade social, composto pelas políticas de Saúde, Assistência e Previdência Social, que passam a ser consideradas políticas públicas, dever do Estado e direito do cidadão. Significa dizer que, como políticas de caráter universal, todo o cidadão, que delas necessitar, deve ter seu acesso garantido, com prioridade para atendimento de crianças e adolescentes, conforme previsão legal da Lei 8069/90, em seu Artigo 3º, parágrafo único, alíneas “a”, “b”, “c”, e, posteriormente, de idosos, como determina o Artigo 3º da Lei nº 10741/03. A educação, prevista no Artigo 6º da Carta Magna como direito social do cidadão, embora não componha o tripé, rege-se pela mesma lógica, garantidos por lei o acesso ao ensino público e gratuito nos níveis fundamental e médio.

Nos anos que se sucederam à promulgação da Constituição, foram regulamentados por Leis Complementares, o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, mais recentemente, o Estatuto do Idoso. O texto legal, além de definir modo de gestão, recursos, critérios de atendimento, conveniamentos, etc., garante para as políticas de saúde e educação percentuais orçamentários mínimos em relação aos valores arrecadados que devem ser destinados à execução dessas políticas. No que concerne à gestão, determina a Constituição e textos complementares: A supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre a rentabilidade econômica, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade e autonomia do cidadão, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a divulgação ampla de benefícios, serviços, programas, projetos e dos recursos disponíveis para sua implementação. Determina ainda a descentralização dos serviços e a participação popular, através de organizações representativas para controle das políticas, e afirma a primazia do Estado na sua condução, podendo valer-se de parcerias e convênios. Determina a implementação de planos, fundos e conselhos paritários (compostos por 50% de representantes de instâncias governamentais e 50% de instâncias da sociedade civil) como instrumentos de gestão. Os conselhos de direitos – Conselho da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho do Idoso – contam com representações governamentais, mas a sociedade civil é maioria.

São fundamentais, além da descentralização, a exigência de visibilidade dos recursos dotados e de sua destinação, por parte dos governos municipais, estaduais e federal, além da apresentação de planos de trabalho, que devem ser aprovados pelos conselhos, sob pena de que, ao não cumprirem estas condições, os entes federados não recebam repasses de recursos, das demais instâncias de governo. O processo de descentralização resultou, por um lado, considerando a dimensão econômica, da crise vivenciada pelo Estado, no final da década de 1980, e da necessária redução de gastos com instâncias burocráticas do nível central, ao mesmo tempo em que buscava tornar o Estado mais eficaz e eficiente, como alternativa de enfrentamento a sua minimização e a redução de gastos públicos.

Por outro lado, no plano político, a dimensão era dada pelo processo de consolidação da democracia, a partir do surgimento de novos atores no cenário político nacional, e de sua exigência em participar do acesso ao poder através de negociações que pressupunham a ampliação dos canais de participação, como contraponto ao histórico processo de não participação durante os períodos de ditadura (Prates, 2004). A prática conselhistas pressupõe uma ação compartilhada entre governo e sociedade através da representação dos diversos segmentos e instâncias que planejam, decidem e fiscalizam a implementação da política de forma conjunta. É fundamental, portanto, para o desenvolvimento de práticas conselhistas problematizar o significado de ser representante, garantir a todos os participantes o acesso qualificado à informação e viabilizar a realização de processos de capacitação. Por sua vez os fundos são fundamentais para garantir o financiamento da política, e a dinâmica de sua gestão deve ser apreendida pelos conselheiros como instrumento de planejamento e gestão da política.

É necessário reconhecer que a prática conselhistas em si não garante a democracia, mas seguramente contribui com o seu desenvolvimento, pois a população, no seu exercício, vai se capacitando, informando, ampliando consciência crítica, construindo estratégias de organização e pressão social para protagonizar a sua gestão e garantir seus direitos.

É bastante comum o surgimento de novas lideranças populares a partir das práticas conselhistas ou o questionamento de lideranças autoritárias que são desmascaradas pelo processo participativo, embora existam também movimentos de manipulação e cooptação, como em qualquer processo social em curso de amadurecimento. Do mesmo modo a experiência dos governantes em trabalhar coletivamente com a população vai alongando o seu olhar a partir de novos sentidos que são desocultados por essa relação de parceria, mesmo que seja permeada por

conflitos de interesses, negociações, articulações, enfim, pela compatibilização, nem sempre fácil, de lógicas, saberes e interesses, às vezes diversos. Mas, como bem dizia Marx (1993), o olho que não aprende a ver não enxerga, o ouvido que não se acostuma à boa música, não a reconhece, logo esta é uma experiência de aprendizagem para todos nós. Resta ainda tecer algumas considerações sobre os planos e as redes de serviço.

A elaboração dos planos pressupõe conhecimento da realidade, sistematização e análise de dados, realização de pesquisa ou reportar-se a elas para, a partir da realidade concreta, passar à esfera propositiva. As propostas devem ser viáveis (econômica, estrutural e politicamente); devem ser pertinentes (responder às prioridades estabelecidas, ter alcance e efetividade); devem ter visibilidade (explicitar objetivos, metas, procedimentos, recursos) e ter legitimidade (apoio/reconhecimento social dos trabalhadores que atuam na política e dos usuários).

As redes de serviço têm por objetivo articular esforços no sentido de complementar ações de modo a oferecer um conjunto de espaços para inserção dos sujeitos usuários para atendimento de suas necessidades. Logo, é necessário para a implantação de serviços: conhecer as características, necessidades e demandas aportadas pelos sujeitos; reelaborar essas demandas a partir da leitura crítica que dela fazemos como profissionais, desocultando suas ambivalências, considerando que a instituição as representa de determinado modo, nem sempre a partir da mesma perspectiva do usuário ou do profissional.

É preciso contextualizar as demandas (pois são históricas, processuais, se transformam e se conformam condicionadas por contextos) e o seu atendimento também é do mesmo modo condicionado pela leitura que a instituição faz dessa demanda, pela disponibilidade de recursos destinados ao seu atendimento e pela interface que logra ter com outras políticas.

A ampliação de canais para participação da população usuária e mesmo a democratização interna nas instâncias executivas são fundamentais para facilitar um processo de ressignificação coletiva. A manutenção e ampliação da rede dependem de sua legitimidade, dos níveis de participação e negociação do movimento social com as instâncias executivas, de conquistas que vão se ampliando à medida que os sujeitos reconhecem a importância e a efetividade da política, e, principalmente, a necessidade de seu protagonismo para a sua consolidação e desenvolvimento.

A qualificação exige capacitação sistemática, consolidação de espaços de decisão e controle, parcerias para somar esforços, reconhecimento de que, como processo, precisa ser

constantemente objeto de problematização, reavaliação, superação. A visibilidade a processos de avaliação passa pela construção de indicadores de alcance e efetividade (Prates, 2004).

3 O Orçamento Participativo

Porto Alegre, desde 1989, vivencia a experiência de democratização da relação do Município com a sociedade, a partir de processos que garantem o planejamento e a gestão conjuntos entre governo e população, através do Orçamento Participativo. Esta experiência, aprimorada por 16 anos, tem como pressuposto a idéia de que o cidadão pode ser mais do que um simples coadjuvante da política, e sim, um protagonista ativo da gestão.

Inspirado na Comuna de Paris, o Orçamento Participativo é uma experiência consolidada em Porto Alegre, mas, como processo, está em constante aprimoramento e auto-regulamentação (Genro e Souza, 1997).

Além da democratização do poder decisório, possibilitada pelo controle popular, o Orçamento Participativo, sem dúvida, tem sido espaço de desenvolvimento de processos sociais, como experiência que valoriza o conhecimento popular, os processos de participação, articulação e organização, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento e a autonomia das camadas populares (Prates 2001).

Gandin, referindo-se ao processo de participação, argumenta:

Quem vai participar, para que possa viver uma participação responsável, que o faça crescer como pessoa, precisa ter poder; dito de outra forma, precisa ter autoridade sobre os recursos, se alguém pode decidir como vão ser empregados recursos, ele participa; fora disto a participação que pode existir é a adesão a uma causa dos outros, muitas vezes manipulada por interesses ou por ideais confusos e messiânicos (Gandin, 1999, p. 58).

O Orçamento Participativo cria uma esfera pública não-estatal, em que a sociedade pode controlar o Estado. A população estabelece de maneira autônoma e por meio da democracia direta suas prioridades temáticas de obras e serviços, bem como elege o Conselho do Orçamento Participativo (COP), composto por 2 conselheiros de cada região, totalizando 32 e 2 conselheiros para cada uma das 5 temáticas, totalizando 10. Compõem ainda o COP um representante da

União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), e um representante do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), além de 2 representantes do Governo, os últimos sem direito a voto (Genro e Souza, 1997).

O Conselho do Orçamento Participativo (COP), embora não tenha garantia constitucional, tem caráter deliberativo, mas a aprovação final da peça orçamentária depende da Câmara de Vereadores, a quem compete essa atribuição legalmente. Na verdade o Orçamento Participativo (OP) articula a democracia direta com a democracia representativa.

Nas cinco plenárias temáticas, a população discute e prioriza obras estruturais, projetos e diretrizes de serviços; não são realizadas por regiões, mas por temas que versam sobre transporte e circulação; saúde e assistência social; educação, cultura e lazer; transporte e circulação; desenvolvimento econômico e tributação; organização da cidade e desenvolvimento urbano, subdividido em saneamento e meio ambiente, habitação e urbanismo.

Além das plenárias temáticas, são realizadas plenárias públicas nas 16 regiões da cidade, quando o Governo presta contas à população dos investimentos e serviços executados no ano anterior, de acordo com as deliberações do OP e o plano de investimentos para o ano em exercício. Num segundo momento, são elencadas, pelo voto direto dos cidadãos da Cidade, as prioridades regionais para o exercício seguinte. Os conselheiros, tomando por base as prioridades apontadas nas plenárias, em co-gestão com o Governo, realizarão a elaboração do orçamento público e do plano de obras para o ano seguinte (Genro e Souza, 1997).

A experiência de Porto Alegre obteve o reconhecimento do Comitê Técnico da ONU, no Habitat II, compondo um conjunto de experiências consideradas como melhores práticas de gestão urbana no mundo, quando foi destacada a sua contribuição para o enfrentamento dos processos de exclusão, distribuição de renda e poder nas cidades, além da democratização da gestão pública (Genro e Souza, 1997).

Esta experiência tem sido alvo de muitos estudos por pesquisadores de diversos locais do mundo e já foi apresentada em diversos países, tais como França, Argentina, Turquia, Espanha, entre outros e vem sendo implantada recentemente em outras cidades do Brasil e do mundo.

Em que pese a relevância desse processo de gestão e planejamento e do vigor da experiência, constantemente aprimorada ao longo dos anos, o contexto atual de recrudescimento da questão social e a redução de recursos disponíveis para a realização de obras e serviços têm

dificultado a implementação mais ágil de muitas demandas, o que exige da municipalidade iniciativas e criatividade no sentido de buscar apoio de outras esferas de governo e órgãos de fomento para ampliar os recursos disponíveis no orçamento municipal.

Nesta perspectiva, os estudos e pesquisas realizados em parceria com universidades e órgãos de fomento são de fundamental importância, não só para melhor delimitar e explicar as problemáticas vivenciadas, desvendando-as e explicitando suas múltiplas determinações, como também para subsidiar propostas de enfrentamento, além de qualificar e legitimar processos de avaliação dos impactos de programas e serviços, em termos de alcance e efetividade.

4 A relação e a contribuição da Academia para o fortalecimento do poder local

São diversos os estudos no âmbito da Academia que privilegiam a investigação dessas práticas, especialmente na área do Serviço Social, cujo objeto de trabalho é a questão social, entendida como o conjunto de desigualdades, mas também de resistências construídas pelos sujeitos sociais, para o seu enfrentamento. Especialmente a partir da década de 1990, estes processos foram ampliados em termos de pesquisas e produção de conhecimentos, contribuindo para dar-lhes maior visibilidade, partindo da problematização de suas contradições, aspecto fundamental ao método dialético crítico.

Não transformamos aquilo que não conhecemos e, muitas vezes, não conhecemos suficientemente aquilo que pensamos conhecer. Desvendar a realidade é trabalho da ciência. Mas não basta identificar os diversos modos como a desigualdade e a exclusão se expressam, é preciso ir mais além, através de proposições. E, novamente, nos reportamos a Marx que, em 1846, já criticava os filósofos de sua época por apenas interpretarem o mundo, quando era necessário, ressaltava, transformá-lo (Marx, 1993).

É fundamental, portanto, dar visibilidade aos resultados de nossos estudos e investigações através de publicações, seminários, de debates, da utilização dos meios de comunicação de massa, através de encaminhamentos aos órgãos públicos e da utilização de estratégias alternativas para a socialização de resultados, porque, como bem destaca Martinelli, em nossos processos de trabalho, veiculamos saberes e poderes e, por isso, precisamos reconhecê-los.

Um bom exemplo desta última forma de socialização foi realizado em uma de nossas pesquisas sobre populações de rua em Porto Alegre. Os moradores de rua se constituem num público heterogêneo e disperso que habita os mais diversos bairros e recantos da cidade, embora haja concentrações em alguns pontos mais centrais. Alguns são andarilhos e deslocam-se freqüentemente, dificultando um processo de devolução coletiva de resultados.

Após amplo e cuidadoso processo de coleta e análise dos dados, superando as dificuldades e enfrentando o desafio, nos propusemos a realizar a devolução dos resultados do estudo à população entrevistada. Após muitas discussões, resolvemos realizar um almoço coletivo em um organismo filantrópico que oferecia alimentos a moradores de rua, bastante conhecido por esse segmento populacional. Retornamos aos diversos locais onde foram efetivados os processos de coleta e divulgamos aos grupos de moradores de rua, pedindo-lhes que avisassem a outros companheiros a data do almoço e de nossa proposta de dar-lhes o retorno sobre o estudo realizado, destacando a sua relevância e informando que contaríamos inclusive com a presença do Prefeito Municipal. Divulgamos pela imprensa, e na rede de serviços, que atendia a esta população, mas foi fundamental o contato direto efetivado pelos próprios moradores de rua entre si (Bulla, Mendes e Prates, 2004).

No dia da apresentação do relatório final, foi realizado um grande evento, quando, além da apresentação dos resultados e do depoimento dos pesquisadores, escutamos a opinião dos entrevistados e suas reivindicações dirigidas diretamente ao responsável pela gestão municipal.

O impacto desse processo inovador resultou em diversos debates sobre o tema, na mídia, incidindo na opinião pública e trazendo para a reflexão de todos as complexas questões que permeiam o viver nas ruas, os motivos, as necessidades e anseios desses sujeitos que habitam pontes e viadutos, questionando preconceitos, compromissos coletivos, instigando a sociedade a superar seus conceitos sobre este segmento e a refletir sobre a responsabilidade de buscarmos soluções conjuntas para o resgate de seus direitos.

Esse processo foi fundamental para subsidiar a construção, na oportunidade, de um abrigo e de uma casa de convivência para moradores de rua, a partir da constituição de uma comissão, mobilizada naquele local onde os resultados estavam sendo divulgados, para que usuários e governo pensassem conjuntamente como deveria ser planejado o equipamento público que hoje, compõe a rede de serviços da cidade. Mais tarde, essa comissão constituiria o embrião do movimento de moradores de rua, e o próprio Conselho Municipal de Assistência Social teria

como um de seus membros um morador de rua, eleito pela comunidade, para representar os interesses deste segmento populacional. O processo, como todo o processo social, teve, ao longo do tempo, avanços e recuos, foi institucionalizado, perdendo substância política, voltou a independentizar-se, enfim, sofreu reveses e foi se fortalecendo, ampliando sua organização, criando novas estratégias de luta, viabilizando o surgimento de novas lideranças e, hoje, conta inclusive com um jornal, chamado “Boca de Rua”, onde os moradores de rua organizados reivindicam espaços, divulgam poesias, falam de suas histórias e arrecadam recursos para o movimento.

Na verdade, o embrião desse processo foi a investigação, mas não só o desvendamento da realidade e a produção do conhecimento motivaram os resultados obtidos, mas o modo como foi conduzido o processo, a importância atribuída à visibilidade e envolvimento de todos os atores no debate dos resultados, socialização dos saberes produzidos e compromisso frente à nova realidade que se desocultava e se impunha, exigindo soluções coletivas. Isso nos reporta a mais uma característica do método dialético, qual seja a valorização não só dos resultados em termos de produção do conhecimento, mas também e com a mesma relevância, do processo; e como consequência, o reconhecimento da investigação como importante instrumento interventivo.

Reconhecemos que os procedimentos metodológicos, em que pesem as diferenças culturais, políticas, econômicas, sociais e histórico-contextuais, podem ser socializados e podem contribuir com o aproveitamento de experiências exitosas em localidades diversas. Neste sentido, destacamos a experiência efetivada pela PUCRS a partir da implantação do Laboratório Internacional de Estudos Sociais (Labinter Brasil) que realiza estudos em interface com outros laboratórios latino-americanos, articulados pela Federação Internacional de Universidades católicas (FIUC), sobre exclusão e vulnerabilidade social e sobre processos migratórios. Maiores informações sobre a FIUC, o trabalho do Labinter – Brasil e dos demais laboratórios podem ser acessados, via internet, através do site. <http://www.fiuc.org>. Ressaltamos nessa experiência a estratégia de sala de discussão (icarin-intranet) como instrumento de diálogo sistemático, especialmente para a produção de metodologias de investigação e intervenção junto a populações vulnerabilizadas, superando a distância através da tecnologia (Bulla, Mendes e Prates, 2004).

É pertinente destacar que os processos de democratização estimulados pelo conjunto de práticas conselhistas, onde se inclui o OP, fazem com que a população se torne cada vez mais exigente, tanto no que se refere ao atendimento a suas demandas, aportadas em volumes cada vez

maiores, como nos processos de qualificação dos serviços, exigindo desse modo o seu aprimoramento processual, o que pressupõe estudos e avaliações mais significativas e aprofundadas, que não podem restringir-se a estudos quantitativos, mas contemplar aspectos qualitativos (Prates, 2001).

Nossa experiência mais significativa na realização de estudos interdisciplinares e interinstitucionais, articulando universidade e poder local, foram realizados sobre populações em situação de rua. Realizamos três grandes estudos, a partir de censo quanti-qualitativo, com duração média de 2 anos cada um, considerando planejamento do ciclo de pesquisa, elaboração de instrumentos, coleta, análise de dados e sua devida devolução para os parceiros e população investigada.

Dois dos estudos realizados com população adulta de rua viabilizaram a efetivação de estudo comparativo, considerando a utilização do mesmo método de abordagem acrescido apenas de mais um corte relativo à saúde mental. Quanto aos resultados, amplamente socializados, seja através de seminários abertos a toda a comunidade, relatórios encaminhados ao poder público, imprensa oral e escrita, debates públicos sobre o tema, e estratégias alternativas e criativas cuja explicitação exemplificamos anteriormente, além de encontros científicos diversos e publicações, podemos pontuar como relevantes para o poder local os seguintes resultados verificados:

1. A quantificação do número de usuários estimada passou a ser cientificamente verificada, qualificando o argumento dos órgãos públicos na busca de recursos e no dimensionamento de vagas, estabelecimentos, pessoal, etc. para desenhar as políticas públicas de enfrentamento da problemática, o que significou maior aporte de recursos para a área, fosse através de repasses governamentais ou de apoio de parceiros (órgãos de fomento e iniciativa privada).

2. O amplo debate e socialização sobre o tema estudado, aportando novos conteúdos que desvendaram nexos causais, explicitaram preconceitos, estigmas e mesmo a própria complexidade do tratamento da problemática em questão e dos múltiplos fatores necessários para que se logre o alcance de resultados concretos, incidiram no imaginário social, auxiliando a população a superar a leitura reducionista dos problemas sociais, que culpabiliza sujeitos, deslocando-os de um contexto histórico e social que os condiciona. Neste sentido, os estudos e sua socialização contribuíram, em nosso entendimento, para a superação de uma cultura

excludente que vê apenas o sujeito como responsável por suas próprias mazelas, isentando-se da responsabilidade social e coletiva por estes resultados, em que pese os amplos desafios que ainda temos que enfrentar no desvendamento e enfrentamento dessa temática.

3. O aporte de sugestões, opiniões dos usuários, do desvendamento de suas histórias de vida, marcadas por valores, sentidos e significados, contribuiu sobremaneira para que as propostas planejadas pelo poder local contemplassem suas características, expectativas e diversidades, facilitando seu processo de efetiva inserção.

4. A avaliação da rede de serviços, a partir do olhar dos próprios usuários, viabilizou adequações nos programas e serviços oferecidos de modo a melhor contemplar processos de inclusão e atender a expectativas do público usuário.

5. Outras repercussões extremamente importantes que resultaram ou foram estimuladas pela realização dos estudos foram: a formação de comissões de usuários para pensar, em conjunto com o poder público, novos serviços a serem implantados, o que efetivamente ocorreu em Porto Alegre; a capacitação de servidores para melhor atender esse segmento a partir do conhecimento sobre suas características e particularidades; a formação interdisciplinar de pesquisadores; a mobilização de novos parceiros para apoiar a implementação ou qualificação de serviços; a qualificação da rede de atendimento a partir da identificação de aspectos a serem aprimorados, tais como sobreposições que poderiam ser superadas, articulações que passaram a ser melhor realizadas, etc.

Reiteramos, pela sua relevância, que a divulgação dos resultados dos estudos realizados ao público entrevistado, ao poder local, em fóruns acadêmicos, em nível nacional e internacional, que subsidiaram não só a implementação de novos serviços, estimularam a organização do movimento de moradores de rua, cujo processo já relatamos anteriormente, como também fundamentaram a elaboração de artigos científicos e a produção de trabalhos acadêmicos diversos tais como publicações de artigos, livros, pôsteres, além da produção de dissertações e teses sobre o tema.

Considerações finais

Por fim, é importante mencionar que não só os projetos ético-políticos, que orientam a gestão de governos, podem ser elementos facilitadores ou limitadores de processos que venham a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e efetivamente democrática, mas também a postura e a consciência do compromisso social da sociedade civil e da universidade, como elemento que a compõe.

Construímos e transmitimos que tipo de valores, quando privilegiamos o individualismo, a dependência, a concorrência, os processos de alienação, muitas vezes mascarados sob a forma de novos paradigmas que ressaltam o fragmento e o caos, em detrimento da totalidade e do processo? Que concepção de homem e sociedade fundamenta nossas ações, se privilegiamos o lucro, em detrimento dos efetivos compromissos sociais, mantendo o social – que não gera lucros, mas benefícios –, como caudatário dos aspectos econômicos? Há muitas formas de mantermos o social como caudatário, inclusive reduzindo ou não priorizando recursos para subsidiar investigações nesta área ou não estimulando processos de extensão.

Que tipo de valores privilegiamos quando enaltece o intervencionismo em nome da democracia, ou ainda, quando aceitamos que nossas culturas sejam subjugadas pelo neocolonialismo? Como podemos pensar numa sociedade sem trabalho, quando é pelo trabalho que o homem se constrói enquanto homem, produz ciência, arte, constrói afetos, vínculos e espaços de pertencimento? Mas questiona-se a centralidade do trabalho, reduzindo-o a emprego, do mesmo modo que se questiona a centralidade da razão, porque reduzida a uma razão tecnicista, enquanto que a efetiva razão humana articula o pensamento racional e a sensibilidade, ambos atributos humanos.

Questões como essas, embora possam parecer digressões, quando tematizamos a relação concreta entre investigação, ação, parceria, entre universidade e poder local e suas perspectivas e possíveis usos políticos, na verdade são reflexões essenciais porque as fundamentam, mesmo que nem sempre as abordemos explicitamente, por serem temas polêmicos. As relações que estabelecemos, os temas que investigamos, as escolhas que fazemos e o modo como os gerenciamos pressupõem posições frente ao mundo e à realidade e esta é uma questão de método, entendido, reiteramos, no seu sentido mais amplo, não apenas como caminho, mas como opção ético-política, que, sem dúvida, contém o primeiro embrião que deverá desdobrar-se durante

nossas investigações, processos de ensino, gestão e outras formas de trabalho humano, marcado necessariamente pelo modo como o conduzimos.

Na verdade, a construção de um projeto-político que fundamente uma nova sociedade, contemplando as particularidades e a diversidade de cada local e cultura, mas respeitando valores universais, é tarefa da ciência, da pesquisa, de governos, da sociedade e de cada um. Depende fundamentalmente de uma consciência universal que seja intransigente com o desrespeito à vida e à paz mundial, intransigente com a depredação do meio ambiente ou com as diversas formas de violência, subjugação, exploração e discriminação de qualquer espécie, mesmo que este processo seja lento e árduo de se efetivar por não interessar ao poder hegemônico de uma minoria da população mundial que detém o monopólio do capital e da superestrutura dele decorrente. Mas, para quem acredita na possibilidade humana de superação, mesmo os limites mais significativos podem ser entendidos como desafios e esses desafios se materializam no cotidiano.

Nós, professores pesquisadores, temos como ferramenta o ensino e a investigação, dois elementos indissociáveis e potentes, e seguramente mais uma infinidade de atributos singulares e coletivos que utilizamos em nossos processos de trabalhos, assim como os poetas têm o dom da arte e da poesia. Precisamos utilizar todos os espaços, habilidades e instrumentos para consolidar nosso projeto ético-político porque um mundo melhor não só é possível, mas urgente e necessário.

Referências

BUARQUE, Cristovam. *A revolução nas prioridades*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BULLA, Leonia C., MENDES, Jussara; PRATES, Jane C. *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRASIL. *Lei Federal nº. 8069*, de 13 de janeiro de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da outras providências. In: Diário Oficial da União, de 16 de junho de 1990, e retificada em 27 de setembro de 1990.

———. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Org. dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 10. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994.

CRESS. *Coletânea de leis*. Porto Alegre, CRESS, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

IBGE. *Censo 2000*. Março 2004.

MARTINELLI M. L. (Coord.). *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social*. São Paulo: PUCSP, 1994. (NEPI, Caderno n. 1)

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. (Textos Filosóficos, n. 22)

———; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

PRATES, Flávio Cruz. *Adolescente infrator: a prestação de serviços à comunidade*. Curitiba: Juruá, 2001a.

PRATES, Jane Cruz. A democratização do poder local através do orçamento participativo da Assistência Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 66, 2001b.

———. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 2003a.

———. O planejamento da pesquisa social. *Revista Temporalis*, Porto Alegre, ABEPSS, n. 7, 2003b.

———. Gestores Sociais: Competências, habilidades e atitudes. Seminário Internacional de Gestão Social. site: <www.sesirs.org.br>. Porto Alegre, SESIRS, 2004.

———; REIS, Carlos N. dos; ABREU, Paulo B. de. Metodologia de pesquisa para estudo com populações de Rua. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 61, 2000.

SOUZA. Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 1987.